

Á COMISSÃO DE LICITAÇÃO DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS DA PREFEITURA ITAPECERICA DA SERRA – SP

PREGÃO ELETRÔNICO № 078/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO № 594/2025

QUESTIONAMENTO SOBRE AUSÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL

PARECER TÉCNICO JURÍDICO Nº 135/2025

Assunto:

Análise da possibilidade de exigência de **balanço patrimonial e demonstrações contábeis** em licitação na modalidade **Registro de Preços** para aquisição de materiais de limpeza, higiene, descartáveis e EPIs, com valor estimado de **R\$ 5.300.292,07**.

Interessado:

Comissão Permanente de Licitação / Setor de Compras

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada por esta Comissão acerca da viabilidade jurídica da exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos licitantes no processo licitatório, sob o Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, higiene, descartáveis e equipamentos de proteção individual (EPI), conforme Termo de Referência (Anexo II).

O valor estimado da futura contratação é de R\$ 5.300.292,07 (cinco milhões, trezentos mil, duzentos e noventa e dois reais e sete centavos).

A dúvida consiste em saber se, no contexto do registro de preços, é juridicamente cabível a exigência de **comprovação de capacidade econômico-financeira** por meio de balanço patrimonial e índices contábeis.



II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. Da previsão na Lei nº 14.133/2021

O artigo 67, §1º da Lei nº 14.133/2021 dispõe expressamente:

"Na licitação para registro de preços, poderão ser exigidos os mesmos requisitos de habilitação definidos nesta Lei, observada a compatibilidade com o objeto e a natureza do fornecimento"

O **artigo 69, II**, da mesma Lei, prevê que a habilitação econômico-financeira poderá ser comprovada mediante:

"II – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei"

Dessa forma, a legislação permite a exigência de balanço patrimonial, desde que proporcional, razoável e compatível com o risco da contratação.

2. Da natureza e do risco da contratação

O Registro de Preços tem por objetivo formar um cadastro de fornecedores habilitados e preços registrados, não implicando contratação imediata. Entretanto, considerando:

- O alto valor global estimado (R\$ 5,3 milhões);
- O potencial impacto financeiro de adesões e futuras contratações;
- E a necessidade de assegurar a capacidade financeira dos fornecedores; entende-se razoável e prudente a exigência de balanço patrimonial e índices contábeis, como forma de garantir a execução contratual futura e evitar inadimplementos.



3. Da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)

A jurisprudência do TCU é pacífica quanto à **possibilidade de exigir balanço patrimonial em licitações por registro de preços**, desde que tal exigência seja **proporcional ao objeto**:

Acórdão TCU nº 1.214/2022 – Plenário:

"É legítima a exigência de balanço patrimonial e índices contábeis em licitações por registro de preços, desde que guardem proporcionalidade com o risco da contratação e sejam previstos de forma clara no edital"

Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário:

"A exigência de balanço patrimonial é cabível nas licitações para registro de preços, quando o montante ou a natureza do objeto justificar a avaliação da capacidade econômico-financeira do licitante"

Acórdão TCU nº 1.746/2014 – Plenário:

"Mesmo nas licitações para registro de preços, deve ser avaliada a capacidade financeira dos fornecedores, principalmente quando o valor global estimado for elevad."

Esses entendimentos reforçam que a Administração Pública pode e deve exigir a comprovação da saúde financeira dos licitantes sempre que o valor ou o risco da contratação justificar.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se favoravelmente à exigência do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos licitantes, com base nos seguintes fundamentos:



- 1. A Lei nº 14.133/2021 autoriza expressamente a exigência de habilitação econômico-financeira em licitações para registro de preços (arts. 67 e 69);
- 2. O valor estimado da contratação (R\$ 5,3 milhões) justifica plenamente a avaliação da capacidade financeira das empresas participantes;
- A medida encontra respaldo na jurisprudência consolidada do TCU, que recomenda a exigência em contratações de vulto, como forma de resguardar o interesse público.

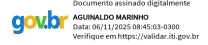
Recomenda-se, por fim, que o edital:

- Preveja de forma clara e objetiva os documentos exigidos;
- Indique os índices contábeis mínimos (como Liquidez Corrente, Solvência Geral e Liquidez Geral), com justificativa técnica;
- E fundamente a exigência na complexidade e no valor estimado do certame.

IV - ENCAMINHAMENTO

Submeto o presente parecer à consideração superior, para ciência e aprovação da exigência de **balanço patrimonial e demonstrações contábeis** no edital da licitação em referência

BAURU 10 DE JUNHO DE 2025.



MARINHO LICITAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA – ME CNPJ № 26.000.691/0001-17